



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD
CURSO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2025

**IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA CIDADE
DE ITAPOROROCA-PB: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS¹**
*IMPLEMENTATION OF SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE IN THE CITY OF
ITAPOROROCA-PB: CONTRIBUTIONS AND CHALLENGES*

Josinaldo Oliveira da Silva²
Jéssica Girlaine Guimarães Leal³

RESUMO

Nos últimos anos, muito se tem discutido sobre a Educação Inclusiva, sobretudo, nos espaços formais de educação. Esta modalidade de ensino visa promover equidade, equiparação de direitos e a garantia do direito à aprendizagem das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. A partir desse cenário, o presente estudo tem como objetivo discorrer sobre o processo de implementação da sala de Atendimento Educacional Especializado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Carmelita Lima de Oliveira, no município de Itapororoca/PB. A propósito disso, a discussão suscitada pautou-se, principalmente, em Mantoan (2003), Duk (2006) e Silva (2011). Metodologicamente, esta pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, com caráter exploratório. Os resultados apontam que o atendimento ofertado pela referida escola se alinha às políticas e instrumentos internacionais e nacionais de atendimento educacional especializado com o intuito de assegurar equidade aos seus usuários, mas também fica evidente que a oferta do serviço ainda carece de mais recursos e investimentos bem como de estruturar uma rede de apoio.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Equidade. Adaptação Curricular.

ABSTRACT

In recent years, there has been much discussion about Inclusive Education, especially in formal educational settings. This teaching modality aims to promote equity, equal rights, and guarantee the right to learning for people with disabilities, global developmental disorders, high abilities, and giftedness. Based on this context, this study aims to discuss the process of implementing the Specialized Educational Services classroom at the Teacher Carmelita Lima de Oliveira Municipal Elementary School in the municipality of Itapororoca, Paraíba. The discussion was primarily based on Mantoan (2003), Duk (2006), and Silva (2011). Methodologically, this research was based on a

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado/defendido para a Especialização em Atendimento Educacional Especializado, em 27 de novembro de 2025, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista junto a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Orientando do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2401934969148468>. E-mail: josinaldo.silva@alunos.ufersa.edu.br.

³ Orientadora do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9022703001795092>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0630-3892>. E-mail: Jessica.leal@professor.ufcg.edu.br.

qualitative approach with an exploratory character. The results indicate that the service offered by the aforementioned school is in line with international and national policies and instruments for specialized educational assistance with the aim of ensuring equity for its users, but it is also evident that the service offering still requires more resources and investments as well as structuring a support network.

KEYWORDS: Inclusive Education. Specialized Educational Services. Equity. Curricular Adaptation.

1 INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, entender a educação como um fenômeno completo, está além de sua conceituação e caracterização, demandando a compreensão de que a escola é para todos, devendo estar fundamentada no reconhecimento e na valorização das semelhanças e diferenças presentes nos diversos modos de existir (pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), por exemplo).

Dentro dessa compreensão, existem recursos e estratégias específicas de atendimento educacional que buscam a permanência desses estudantes na escola, a qual todos os cidadãos têm direito (com ou sem deficiência). Dessa forma, a educação inclusiva tem por objetivo eliminar barreiras e promover a equidade entre os cidadãos. Para isso, diversos documentos passaram a resguardar esses direitos e assegurar o acesso das pessoas com deficiências e transtornos de aprendizagem à escola, por exemplo.

A Lei nº 12.796 de 2013, no artigo 58, define a educação especial como modalidade ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2013). Dessa forma, o processo contínuo de educação deve reconhecer as peculiaridades de todo o público a que atende permitindo naquele espaço aberturas para implementação de políticas pedagógicas capazes de universalizar o acesso à educação.

Neste raciocínio, defende-se que a educação inclusiva efetivamente rompe com trajetórias de exclusão/separação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, pois somente puderam ter efetivo acesso aos serviços educacionais através dessas políticas públicas de reparação social.

Cabe, então, questionar: existem instrumentos voltados às práticas inclusivas nas escolas públicas? Em resposta, o Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010) apresenta as políticas relacionadas à manifestação e a concretização do direito de todos e todas à educação, assim como, a Constituição Federal de 1988, respaldando o lugar da inclusão para com todos e todas, fomentando o princípio da equidade, caminhando para a transformação dos sistemas de educação brasileiros voltados a suprir necessidades e colaborar com a construção de ambientes inclusivos, integradores e acessíveis.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem as seguintes questões problematizadoras: Como se deu a implementação da educação especial no município de Itapororoca? De que maneira ocorreram os primeiros atendimentos na sala de recursos multinacionais na EMEF Professora Carmelita Lima de Oliveira neste município? Quais os avanços e entraves

vivenciados?

Objeto de estudo do presente trabalho, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Carmelita Lima de Oliveira, está situada na Rua Projetada, s/n- Bairro Roseira, Itapororoca- PB, cujo histórico consta que foi inaugurada 16 de fevereiro de 2019 sob a gestão da Prefeita Elissandra Maria Conceição de Brito, Itapororoca - PB. A referida escola funciona nos períodos matutino e vespertino oferecendo os níveis e modalidades de ensino para a Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais bem como Educação de Jovens e Adultos em anexos ao prédio da escola. Conta com um público atual de 353 alunos, 18 professores e 15 profissionais de apoio escolar.

Muito tem se discutido sobre a criação de espaços voltados à inclusão, bem como as práticas educativas e o funcionamento das escolas, com vistas a romper com a segregação, promovendo uma consciência que respeita as deficiências e necessidades de cada sujeito, as quais compõem a natureza humana, cujo ambiente escolar deve valorizar e promover a equidade e a garantia efetiva de todos à educação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contexto da educação especial

Expõe-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que durante relevante espaço temporal estruturou-se o entendimento de que a educação inclusiva, organizada separada da educação regular, seria a forma mais correta para o atendimento daqueles que apresentavam algum tipo de deficiência ou que não se enquadraram à estrutura tradicional e rígida dos modelos tradicionais de ensino. Existia uma visão centralizada de que pessoas “normais” deveriam estudar em espaços voltados ao atendimento de pessoas normais e que pessoas com dificuldades/deficiências, transtornos globais e de desenvolvimento deveriam frequentar espaços específicos de acordo com suas dificuldades ou até mesmo serem isoladas dos demais espaços de aprendizagem e convivência comum (BRASIL, 2008).

Com isso, após anos de segregação, surgiu no contexto educacional nacional, com reflexo sobretudo nos espaços escolares estaduais e municipais formas de discriminação e negação de direitos fundamentais às pessoas com deficiência, transtornos globais e altas habilidades e superdotação, direitos estes assegurados na Constituição Federal, deixando-lhes a margem de seus direitos assegurados ao longo da trajetória legislativa nacional negando-lhes espaços, acessos, eliminação de barreiras e igualdades de condições.

Na história da educação inclusiva, esse discurso começou a mudar a partir do

momento em que novos olhares foram sendo construídos em relação a este público. Surge a partir de então, a necessidade iminente de modificar legislações, práticas educacionais e demais práticas de gestão evidenciando a necessidade de uma escola cada vez mais inclusiva e não segregativa, capaz de tratar os desiguais de forma desigual garantindo o acesso e a permanência a serviços básicos essenciais, direito de todos e todas.

Incluir a todos é o mais correto caminho para que se possa reverter a situação de segregação nos mais variados espaços de convivência humana, sobretudo nos espaços educativos. Avalia-se o que o aluno aprendeu, o que sabe e não sabe, mas nunca ‘por que não aprendeu?’, ‘o que impediu que ele adquirisse uma referida habilidade’. de acordo com (MANTOAN, 2003, p. 18). Portanto, incluir, envolve repensar concepções e metodologias buscando alternativas viáveis para assegurar uma educação inclusiva, capaz de valorizar as diferenças inerentes à vida.

Salienta-se que somente transformando o ambiente, buscando novas práticas, construindo novos instrumentos, tendo um olhar verdadeiramente inclusivo, promover-se-á processos de ensino e aprendizagem equânimes. Notadamente, esta transformação deve ocorrer em todos os segmentos da sociedade, bem como no ambiente escolar e familiar.

De acordo com Duk (2006), inclusão é mais que integração, isso porque enfatiza o papel da escola tradicional na sua tarefa de atender à totalidade dos alunos, no entanto, cada um com suas particularidades. Esta inclusão constitui um sentido inovador para identificar necessidades específicas e abordar as dificuldades que emergem durante o processo ensino-aprendizagem, atendendo a cada um e cada uma de acordo com sua necessidade específica.

Para Mantoan (2003), quando se trata da inclusão, todos os alunos, sem demasia, devem frequentar as salas de aula do ensino regular e aqueles com deficiência, transtornos globais, altas habilidades e superdotação ter acesso a Atendimento Educacional Especializado dentro da escola regular.

A partir de então, a importância da educação inclusiva está em reconhecer e considerar a heterogeneidade de seu público, dar caminho ao desenvolvimento de aptidões e funções cognitivas dos alunos e alunas com deficiência, transtornos globais, altas habilidades e superdotação, de tal forma que não possa haver disparidade entre ambas as formas de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), traz o conceito da educação inclusiva como algo que constitui padrão educacional fundamentado na concepção de direitos, conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que, em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola, pois a educação é dever de todos

(BRASIL, 2008, p. 5).

Quanto a educação inclusiva, tem-se por garantia do acesso à escola, a permanência de todas as crianças e adolescentes no âmbito escolar de ensino regular, em todos os níveis e modalidades de educação independente de suas particularidades, a fim de lhes possibilitar a apropriação de saberes e o desenvolvimento individual de cada aluno a aluna no desenvolver de suas habilidades educacionais, respeitando as diferenças relativas ao ser humano (SILVA, 2011, p. 11).

Para que a escola seja inclusiva, a situação de deficiência do aluno não deve ser sobreposta a seus direitos. É papel da escola investigar, adquirir, compreender e agir no contexto onde estas dificuldades se manifestam e tornar o currículo e as práticas acessíveis. A partir desta promoção, será possível abarcar a diversidade do ambiente escolar, assegurando o direito de todos à educação de qualidade e equidade.

Inclusão no atendimento educacional especializado é mais que, trazer os alunos com deficiência, transtornos globais, altas habilidades e superdotação, com necessidades educacionais especiais para um espaço específico além da sala de aula regular, é construir uma postura de respeito, aceitação de diferenças, respeito às diferenças, propostas pedagógicas que desenvolvam suas aptidões num contexto plural e singular, que busque seu pleno desenvolvimento.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) por exemplo, considera Escola Inclusiva aquela que desenvolve proposta pedagógica voltada para crianças, capaz de educar a todos e a todas, sem distinção, respeitando diferenças; oferecendo respostas e recursos adequados às suas necessidades e características específicas de cada sujeito buscando apoio de instituições parceiras sempre que se fizer necessário com o objetivo de proporcionar a seu público melhores condições de acesso a serviços necessários a seu desenvolvimento (BRASIL, 1998).

A educação inclusiva compreende a organização e a aplicação de recursos, a participação de órgãos de diversas esferas do governo e instituições privadas com o ambiente escolar, investimentos na infraestrutura, transformações nos espaços físicos e pedagógicos de modo que as escolas estejam adequadas a receber todos os públicos contemplados não apenas nas salas de aula, mas também salas de recursos multifuncionais, salas de atendimento educacional especializado, acessibilidade como rampas e banheiros adaptados, materiais didático-pedagógicos apropriados, ainda recursos tecnológicos e profissionais qualificados com oferta de formação continuada para todos e todas (Silva, 2011).

Para compreender melhor estas colocações você verá ao longo desta discussão

percursos no rumo da Educação inclusiva nos diversos cenários, tais como no universo internacional e nacional discutidos nas entrelinhas que se seguem neste trabalho em um contexto geral e em contextos específicos a exemplo da Política Educacional Inclusiva.

2.2 Políticas de Educação Inclusiva

O processo de discussão estrutural de uma sociedade justa e igualitária se apresenta em diversos escritos internacionais como na Declaração de Salamanca, (1994), que versa sobre as necessidades educativas especiais evidenciando a crescente/iminente necessidade de reestruturação dos espaços escolares de aprendizagem, bem como dos sistemas educacionais de modo a promover o acesso e a educação inclusiva, a não discriminação e a boa qualidade de ensino para as pessoas com deficiência, transtornos globais, altas habilidades e superdotação e necessidades educacionais especiais de acordo com suas especificidades, a fim de lhes assegurar equidade em meio as mais diversas camadas da sociedade.

Em outro escrito, datado de 1999, a Convenção de Guatemala, proclamada no Brasil, em 2001, busca formas de eliminar as diversas formas de discriminação cometidas contra Pessoas com Deficiência (PcD), bem como busca a interação, convalida direitos fundamentais comum a todos e a todas bem como envolve toda condição de diferenciação em razão de sua deficiência para que o acesso a direitos seja universal.

Considerando a Constituição Federal Brasileira (1998), que discute os mesmos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, versando sobre práticas descentralizadoras que proporcionem autonomia, implantação de recursos indispensáveis à garantia de qualidade de vida da população com o objetivo de proporcionar igualdade de condições comum a todos os sujeitos.

Quanto às legislações voltadas ao campo educacional, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), traz em seu artigo 59, que os sistemas de ensino garantirão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos adaptados às necessidades dos estudantes, organização de espaços específicos ao atendimento educacional especializado, professores e professoras com formação específica voltada ao atendimento deste público, bem como outras formas de integralização do currículos, prática e acesso aos recursos.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, busca a promoção em condições de igualdade na busca por promover a equidade, o exercício dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão na sociedade de forma plena.

Nesta mesma linha de pensamento, o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), no que tange a Educação Inclusiva, atenta para a questão da infraestrutura escolar, evidenciando a necessidade da acessibilidade nas edificações, intervenção na formação docente, bem como na organização e manutenção das salas de recursos multifuncionais, com o objetivo de promover a equidade social.

Consequentemente, busca-se assegurar o direito de todos ao acesso e a permanência na escola. Não tratando-se somente aos direitos à educação, mas também aos serviços mais essenciais disponibilizados/ofertados pelas políticas públicas nacionais. Notadamente, observa-se que ainda existe um caminho muito longo até se alcançar o ideal em relação a efetivação de todos estes direitos voltados à educação inclusiva, mas que muitos municípios já deram o primeiro passo e vem mostrando seus frutos.

Após o esboço em linhas gerais acerca das Políticas de Educação Inclusiva, passaremos a discutir também esta mesma política em documentos internacionais onde diversos países unem esforços e ideias a fim de discutir, bem como evidenciar a necessidade de mudanças no que se refere a educação de Pessoas com Deficiência, logo adiante, você verá parte desta discussão.

2.3 A Educação Inclusiva no Universo Internacional

O processo de discussão estrutural de uma sociedade justa e igualitária se apresenta em diversos escritos internacionais como na Declaração de Salamanca, (1994), que versa sobre as necessidades educativas especiais evidenciando a crescente/iminente necessidade de reestruturação dos espaços escolares de aprendizagem bem como dos sistemas educacionais de modo a promover o acesso e a educação inclusiva, a não discriminação e a boa qualidade de ensino para as pessoas com deficiência, transtornos globais, altas habilidades e superdotação e necessidades educacionais especiais de acordo com suas especificidades a fim de lhes assegurar equidade em meio as mais diversas camadas da sociedade.

Em outro escrito, datado de 1999, a Convenção de Guatemala, proclamada no Brasil, em 2001, busca formas de eliminar as diversas formas de discriminação cometidas contra Pessoas com Deficiência (PcD) bem como busca a interação, convalida direitos fundamentais comum a todos e a todas bem como envolve toda condição de diferenciação em razão de sua deficiência para que o acesso a direitos seja universal.

Conforme apresentado até aqui, a mobilização, discussão e esforços voltados à seguridade, implantação e continuidade de direitos bem como assistência a Pessoas com Deficiência ultrapassam as fronteiras dos países, uma vez discutidas os ideais das políticas de

educação para pessoas com deficiência no universo internacional, é chegado o momento de se discutir a sua prática e efetividade em campo nacional.

2.4 A Educação Inclusiva no Universo Nacional

Considerando a carta magna do nosso país, a Constituição Federal Brasileira (1998), discute os mesmos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, versando sobre práticas descentralizadoras que proporcionem autonomia, implantação de recursos indispensáveis à garantia de qualidade de vida da população com o objetivo de proporcionar igualdade de condições comum a todos os sujeitos.

Quanto a legislações voltadas ao campo educacional, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), traz em seu artigo 59, que os sistemas de ensino garantirão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos adaptados às necessidades dos mesmos, organização de espaços específicos ao atendimento educacional especializado, professores e professoras com formação específica voltada ao atendimento deste público, bem como outras formas de integralização do currículos, prática e acesso aos recursos.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, busca a promoção em condições de igualdade na busca por promover também a equidade, o exercício dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão na sociedade de forma plena. nesta mesma linha de pensamento, o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), no que tange a Educação Inclusiva, atenta para a questão da infraestrutura escolar, evidenciando a necessidade da acessibilidade nas edificações, intervenção na formação docente bem como na organização e manutenção das salas de recursos multifuncionais, com o objetivo de promover a equidade social.

Como elencado até aqui, diversos escritos versam sobre a educação inclusiva, embasam e buscam assegurar o direito a que todos os indivíduos devem ter acesso, não só relacionado à educação, mas também, aos serviços mais essenciais disponibilizados/ofertados pelas políticas públicas nacionais. Destarte, observa-se ainda que, de fato, existe um caminho muito longo até se alcançar o ideal em relação a efetivação de todos estes direitos voltados à educação inclusiva, mas que muitos municípios já deram o primeiro passo e vem mostrando seus frutos.

3 METODOLOGIA

Este estudo constituiu-se como pesquisa qualitativa, com caráter exploratório. De

acordo com Goldenberg (1997, p. 34), adotar a abordagem qualitativa opõe-se à presunção em defender um ‘único’ modo de fazer pesquisa para as mais variadas produções científicas, uma vez que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus pré-conceitos e crenças contaminem a pesquisa.

As pesquisas exploratórias buscam colocar o pesquisador em maior familiaridade com a problemática da pesquisa, com a finalidade de explicitá-lo ou ainda possibilitar a elaboração de hipóteses. Dessa forma, é possível afirmar que essa pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas. Geralmente, esse tipo de pesquisa possui um modo flexível de planejamento, com vistas a cobrir diferentes aspectos do objeto/fenômeno de estudo (Selltiz et al., 1967, p. 63 apud Gil, 2002).

Neste cenário, o trabalho de pesquisa aqui apresentado buscou entender a organização do atendimento prestado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação no município de Itapororoca/PB. A escolha por este locus de pesquisa deu-se por duas razões: a escola ter recebido a primeira implantação do Atendimento Educacional Especializado do município de Itapororoca e como se deu a organização da rotina do serviço prestado.

A coleta de dados ocorreu através de entrevista com duração de 120 minutos divididos em dois encontros. Especificamente, optou-se por entrevista não estruturada que, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 108), “não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, têm mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção”. Para operacionalizá-la, elaboramos um roteiro de questões que nortearam a entrevista (Quadro 1). Importa ainda dizer que as questões elaboradas se debruçaram, principalmente, sobre os desafios da operacionalização da sala, funcionamento e trabalho pedagógico realizado.

Quadro 1 - Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Por quais motivos e como foi pensado o atendimento educacional especializado nesta escola?
2. Em que ano foi implantado o atendimento educacional especializado no estabelecimento de ensino?

3. Quais foram as fontes de recurso utilizadas na implantação do serviço na escola?
4. Quantos alunos e alunas foram contemplados com o atendimento educacional especializado na sua implantação e quantos são atendidos hoje?
5. Quantos são os profissionais habilitados para a atuação no atendimento educacional especializado no seu início e nos dias atuais?
6. Quais são as redes/empresas/instituições parceiras da educação inclusiva na escola?
7. Como ocorre a interlocução entre atendimento especializado e educação regular na escola?
8. Quais carências o serviço ofertado enfrenta atualmente?
9. Qual é atualmente o público atendido pelo serviço?
10. Quais características das deficiências dos alunos atendidos se apresentam em relação ao atendimento prestado?

Fonte: autoria própria (2025).

A seleção dos participantes deu-se por um único critério de inclusão: compor a gestão escolar da instituição por, no mínimo, 2 anos de atuação. Dessa forma, os atores pesquisados serão membros da gestão, com a finalidade de entender as dificuldades inicialmente encontradas quando no momento de implantação do atendimento na escola.

A análise dos dados ocorreu através das Técnicas de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). A organização dos dados está fundamentada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977). Dessa forma, as respostas serão, a posteriori, agrupadas em blocos temáticos.

A estruturação destes blocos temáticos se deu a medida em que buscou-se perceber a operacionalização da sala de AEE na escola, tentando identificar ao longo das respostas da entrevistada desde o processo de escolha da estrutura física para a implantação da sala de atendimento, o seu efetivo serviço inicialmente prestados/ofertados naquela escola e ainda outro bloco voltado a caracterizar/identificar a realização e organização do trabalho pedagógico indispensável ao bom funcionamento dos trabalhos.

3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado no município de Itapororoca/pb

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
--------------------	-----------------------

1. Por quais motivos e como foi pensado o atendimento educacional especializado nesta escola?	O atendimento ao público do Atendimento Educacional Especializado foi pensado para esta escola em detrimento da demanda de matrículas com alunos laudados portadores de deficiência e necessidades específicas, pois no período de sua implementação não havia nas escolas de ensino fundamental atendimento específico para este fim.
---	--

O Atendimento Educacional Especializado no município de Itapororoca, especificamente na E M de E F Professora Carmelita Lima de Oliveira, se dá em meio a uma crescente procura de vagas de matrícula para os alunos ingressarem na referida escola e que, ao consolidar o quantitativo dos alunos, ao organizar as turmas notou-se um quantitativo expressivo de alunos com necessidades especiais que necessitavam de Atendimento Educacional especializado naquele ambiente.

Pode-se dizer que este cenário faz jus a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, quando a mesma traz em seu texto a promoção em condições de igualdade na busca por promover também a equidade e o acesso aos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão na sociedade de forma plena em todas as suas formas e na ocasião no universo escolar educacional.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
2. Em que ano foi implantado o atendimento educacional especializado no estabelecimento de ensino?	O atendimento educacional especializado ofertado na sala de AEE se deu nesta escola no ano de 2020 mediante disponibilização de um espaço adaptado, espaço este que seria uma biblioteca, mas que devido a demanda foi melhor aproveitado com a instalação da sala de AEE.

Ao consolidar as matrículas dos alunos na escola para o ano letivo de 2020 constatou-se a demanda de Atendimento educacional especializado e pôs-se em execução a implantação do AEE na referida escola. O atendimento na sala de AEE nesta escola, é bem amplo, o atendimento é destinado a alunos com Deficiência Intelectual, Deficiência Física,

Transtorno do Espectro Altista, Síndrome de Down, Transtornos de Aprendizagem, Comportamental e Emocional.

No entanto, percebe-se que, que o serviço prestado atende em partes o artigo 59 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), quando a mesma discute que além da adaptação curricular, os espaços escolares devem buscar também dar estruturas físicas adequadas ao uso do público que atende. reaproveitar uma biblioteca para desenvolver o Atendimento Educacional Especializado não é algo ruim pois, está buscando atender o público que deste atendimento necessita, no entanto, com o passar dos anos é necessário construir uma sala própria para o referido atendimento adequando o espaço a sua clientela.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
3. Quais foram as fontes de recurso utilizadas na implantação do serviço na escola?	Os recursos empregados na implantação da Sala de AEE se deram por meios próprios da Escola.

Constatada a necessidade, a Secretaria de Educação convidou uma professora do município com habilitação específica para que montasse e desenvolvessem atividades de atendimento especial em uma das salas da escola, sala de aula inicialmente pequena e com poucos recursos.

Nota-se para tanto que aqui o serviço prestado ainda necessita alinhar-se ao Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), no que se refere a atenção para a questão da infraestrutura escolar, tanto evidenciando a necessidade da acessibilidade nas edificações quanto na necessidade dos demais materiais necessários ao bom uso e desenvolvimento do atendimento e eliminação de barreiras.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
4. Quantos alunos e alunas foram contemplados com o atendimento educacional especializado na sua	No início dos trabalhos na sala do AEE, eram atendidos dez alunos, atualmente são atendidos trinta e dois com laudo.

implantação e quantos são atendidos hoje?	
---	--

No processo de implantação, o atendimento era direcionado a dez alunos com necessidades especiais educacionais, para estes atendimentos, foram realizadas anamneses, análises do laudo bem como observação referente ao que seria necessário para sanar as barreiras para com aqueles alunos com deficiência. após estas fases de planejamento, iniciou-se o atendimento em sala de aula separada no contraturno com duração de 45 minutos cada atendimento, duas vezes por semana.

A realização do atendimento organizado desta forma se assemelha por vezes com que discorre Mantoan (2003), tratando da inclusão de todos os alunos, sem demasia, frequentantes das salas de aula do ensino regular como os demais alunos e que tem acesso ao Atendimento Educacional Especializado dentro da escola.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
5. Quantos são os profissionais habilitados para a atuação no atendimento educacional especializado no seu início e nos dias atuais?	No momento de implantação e ainda devido o quantitativo do público, a escola contava com um profissional habilitado para o atendimento, atualmente a escola conta com dois profissionais para atendimento no AEE nos turnos da manhã e tarde.

Para a realização do Atendimento Educacional Especializado na escola, o mesmo ocorria com carência de materiais, materiais na maioria das vezes limitados, sala de aula inadequada para o uso e desempenho das atividades de forma mais satisfatória.

Reuniões eram realizadas periodicamente cujas quais envolviam os professores titulares das turmas com a gestão escolar, supervisão escolar e os professores de AEE que discutiam a formulação, revisão e prática dos objetivos e execução dos Planos Educacionais Individuais com o objetivo de integrar o ensino regular ao ensino na educação especial para que se pudesse possibilitar melhores experiências e resultados para o público alvo do atendimento na escola.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
6. Quais são as redes/empresas/instituições parceiras da educação inclusiva na escola?	No ato de implantação do atendimento, a escola não tinha parceiros voltados ao serviço, atualmente se mantém da mesma forma sem vínculos com instituições parceiras.

A busca por instituições parceiras voltadas ao atendimento educacional especializado é muito importante, faz um diferencial muito grande à medida em que o público atendido é vasto e carece de muitos recursos dos mais diversos para que se possa alcançar objetivos e metas estipulados com o objetivo de eliminar barreiras.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
7. Como ocorre a interlocução entre atendimento especializado e educação regular na escola?	Todo o planejamento das atividades desenvolvidas na sala do AEE é articulado com a supervisão escolar e com os professores de sala de aula regular com o intuito de manter uma relação entre o conteúdo ensinado em sala de aula regular e as práticas na sala de AEE

A articulação entre o atendimento regular e na sala do AEE é algo indispensável para que se alcance objetivos e metas propostas pela escola. além disso, não havendo esta cooperação, troca de informações fará com que haja dissociação de aprendizagem em relação ao que o aluno aprende em sala de aula regular e na sala do AEE, neste quesito, a escola vem cumprindo seu papel de forma satisfatória.

De acordo com Carvalho, Costa e Dias (2018), o trabalho colaborativo tem sido uma das propostas mais importantes na área da educação, a mesma caminha em prol da inclusão escolar, do melhoramento no currículo promovendo melhor desenvolvimento profissional dos educadores. Ainda segundo os autores, agregar os profissionais que desta educação participam tem sido desafiante, pois, sozinho, o professor não consegue refletir sobre a sua prática, sendo necessária a discussão em grupo e por todos que compõem o ambiente escolar.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
---------------------------	------------------------------

8. Quais carências o serviço ofertado enfrenta atualmente?	O AEE na escola carece de mais incremento nos materiais de suporte pedagógico, os materiais adquiridos com recursos do PDDE por vezes são insuficientes para a demanda, contudo, os professores do AEE têm se mobilizado para construir e adaptar materiais constantemente.
--	---

A utilização de materiais em quantidade positiva voltados às necessidades do público alvo do Atendimento Educacional Especializado é algo indispensável para que o atendimento alcance seus objetivos. A utilização de materiais adaptados, construídos pelos professores é algo muito proveitoso, no entanto, isto não pode ser rotineiro, a escola deve receber um apoio mais dos entes municipais bem como também de outras iniciativas com o propósito de eliminar as barreiras por quais já passam o público do AEE em seu cotidiano.

Para Baptista (2011), de maneira contínua, vivenciamos constantes tempos que tendem a restringir as práticas a um conjunto pré-moldado de procedimentos. Reforça-se para tanto que, as ações desenvolvidas pelo professor especialista se ampliam e se referem ao acompanhamento de processos que ocorrem nas salas de aula comum, na organização dos variados espaços, na estruturação de materiais e na troca de experiências com colegas docentes e em contatos com familiares ou outros profissionais que se envolvem com o processo educativo.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
9. Qual é atualmente o público atendido pelo serviço?	O público atual em atendimento na escola é bastante variado, são alunos com Deficiência Intelectual, deficiência física, TEA, Síndrome de Down, transtornos de aprendizagem dentre outras.

Por apresentar um público tão variado, o atendimento educacional especializado nesta escola carece de ampliação, talvez no número de funcionários habilitados para o referido atendimento, bem como ampliar a gama de instrumentos a ser utilizado durante o atendimento para que se consiga superar a maior quantidade de obstáculos referentes à aprendizagem dos alunos.

Questão Norteadora	Recortes da linguagem
10. Quais características das deficiências dos alunos atendidos se apresentam em relação ao atendimento prestado?	Características múltiplas, como já foi citado, no entanto, por vezes alunos apresentam uma mesma deficiência, mas se comportam de maneira diferente frente a utilização dos mesmos recursos durante o atendimento no AEE. Nem todos os instrumentos funcionam da mesma maneira, ou dão o mesmo resultado para os alunos com mesma deficiência

Percebe-se que, a utilização de um mesmo instrumento ou ferramenta do AEE pode não dar o mesmo resultado para alunos com a mesma deficiência, o comportamento, a série/ano em que o mesmo esteja cursando também pode resultar em respostas diferentes em relação ao atendimento que o mesmo recebe na sala de Atendimento Educacional Especializado.

Todo o planejamento e rotina da sala do AEE na escola se dá em virtude do atendimento às necessidades dos alunos bem como criar um ambiente de aprendizado enriquecedor e inclusivo. Quando no horário de chegada a escola, são acolhidos calorosamente com o intuito de se sentirem encorajados e confortáveis. Feito isto, são direcionadas às salas de aula regular e após início dos atendimentos na sala do AEE são convidados a participarem das atividades planejadas que são realizadas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

As atividades ora citadas incluem exercícios de habilidades motoras e cognitivas que utilizam estratégias pedagógicas adaptadas a cada deficiência. A personalização destas atividades permite na maioria das vezes que os alunos desenvolvam da melhor maneira possível suas capacidades obviamente conforme seu ritmo. O atendimento na sala de AEE contempla ainda atividades tipo recreativas dentro do tempo de atendimento onde neste período os alunos podem jogar e fazer outras brincadeiras educativas que os ajudam a se sentirem mais independentes e autônomos.

Para garantir melhor acesso a todos os alunos aos recursos da sala do AEE, toda equipe pedagógica quando necessário se une com o intuito de buscar/construir as melhores atividades, construir e transformar novas práticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que na referida escola os profissionais incumbidos do Atendimento

Educacional Especializado possuem formação compatível com o desenvolver de suas atividades laborais, no entanto, percebe-se também que a sala do AEE na escola carece ainda de muitos recursos interferindo algumas vezes no atendimento, observou-se ainda que o fato de a escola não ter uma rede de apoio e de parceiros compromete de certa forma a efetividade de alguns dos serviços, pois, ter parceiros é algo indispensável dentro do universo inclusivo na superação de barreiras.

Os profissionais, mesmo com poucos recursos, têm buscado realizar o melhor trabalho possível, detêm conhecimentos específicos sobre educação inclusiva para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais, aprimorando novos entendimentos acerca das práticas educativas de apoio à inclusão e superação de barreiras.

A importância do referido trabalho de pesquisa, quando se propôs a buscar entender a organização do atendimento prestado às pessoas com deficiência na referida escola e que após a análise dos dados foi possível identificar que existe na escola a falta de rede de apoio, espaço físico inadequado para atendimento ao público atendido contidos na estrutura física da escola.

A medida em que o trabalho se propôs a verificar como se deu a implementação da educação especial na escola citada, evidencia-se que o serviço foi pensado de maneira a dar visibilidade para o público que carecia do serviço, mas que, no entanto, um serviço com certas limitações, sobretudo na estrutura física, mas, mesmo assim com profissionais habilitados e engajado com a causa. Os atendimentos foram se estendendo a outros alunos com deficiência conforme o número de matrículas eram realizados e os alunos que necessitavam do serviço eram identificados.

A carência de mais investimentos e parcerias para a aquisição dos materiais necessários ao uso e atendimento dos alunos que necessitam do serviço necessitam de atenção, para isto, a referida investigação necessita de mais debates e novas versões sobre o tema para que os alunos não tenham prejuízos no processo de ensino aprendizagem devido a falta de parcerias com outros órgão e/ou equipamentos, atendimentos externos em paridade com o AEE, é mantendo o foco investigativo que será possível observar quando o serviço está avançando ou não e quando e onde necessita melhorar.

Acredita-se que somente fortalecendo o Atendimento Educacional Especializados em todas as suas vertentes com profissionais capacitados e com o apoio de outras instituições junto com a instituição propiciará um ambiente escolar que tem em si a inclusão da forma

efetiva, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem correta de todo e vasto público que deste serviço se beneficia.

O presente estudo focou em compreender como se deu a implantação do AEE em um contexto específico, para tanto, trouxe recortes da história do atendimento voltado para as pessoas com deficiências, transtornos globais, altas habilidades e superdotação, escritos que tratam desde as discussões no universo internacional ao nacional e legislações específicas brasileiras com o mesmo objetivo, o atendimento ao público e a eliminação de barreiras. Este trabalho abre precedentes para que sejam levantadas outras discussões, quem sabe até hipóteses acerca da Educação Especial no município de Itapororoca/PB.

Por fim, se evidencia o quanto se faz importar a produção de estudos, ensaios e pesquisas voltadas a temática da educação especial, educação inclusiva, a fim de mostrar o que já foi posto em prática, os entraves que impossibilitam muitas vezes a execução e o acesso aos serviços pelas pessoas com deficiência bem como a partir do trabalho investigativo será possível também sugerir melhorias no objeto de pesquisa e estudo, todas as contribuições são válidas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, n.1. Acesso em: nov. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Constituição. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL, M.E.C. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em 06 jun. 2025.

BRASIL, M.E.C. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em 07 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 16 jun. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa

com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 07 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em 04 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>> Acesso em 04 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CARVALHO, T. C.; COSTA, C. R.; DIAS, S. A. Três etapas necessárias para a realização do trabalho colaborativo na escola. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, v. 13, n. 28, mai./ago. 2018, p. 126-144. Disponível em: <<http://educacaoonline.edu.pucrio.br/index.php/eduonline/article/view/430/211>> Acesso em 13 nov. 2025.

DECLARAÇÃO, DE SALAMANCA–UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação Especial. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 07 jun. 2025.

DUK, Cynthia. Educar na diversidade: material de formação docente. 3. ed. Brasília: [MEC, SEESP], 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>> Acesso em 04 jul. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar0 projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas. 1991.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna. 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo:

Feevale, 2013.

SILVA, Margaret do Rosário. Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva. 2011. Disponível em: <http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf> Acesso em 04 jul. 2025.